



República de Moçambique
Conselho Constitucional

Acórdão n.º 36/CC/2023

de 30 de Outubro

Processo n.º 48/CC/2023

Recurso Eleitoral

Recorrente: Partido Renamo

Recorrido: 2.ª Secção do Tribunal Judicial do Distrito Nacala-Porto

Acordam os Juízes Conselheiros do Conselho Constitucional:

I

Relatório

1. Veio perante esta Instância Contenciosa Eleitoral Suprema, o Partido Renamo, representado pelo Senhor Francisco Abudo, mandatário, recorrer da Sentença da 2.ª Secção do Tribunal Judicial do Distrito de Nacala-Porto, com base no disposto no n.º 6 do artigo 140 da Lei n.º 7/2018, de 3 de Agosto, atinente à eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais, alterada e republicada pela Lei n.º 14/2018, de 18 de Dezembro e, posteriormente, alterada pela Lei n.º 24/2022, de 29 de Dezembro, doravante designada Lei Eleitoral.

2. A sentença da referida 2.ª Secção do Tribunal Judicial do Distrito de Nacala-Porto negou provimento ao recurso contencioso interposto pelo Partido Renamo, “pelo facto de não ter obedecido todos os requisitos da admissão do recurso, concernente à impugnação prévia – a falta de comunicação aos órgãos da administração eleitoral (...), por não ter havido nenhuma irregularidade nas mesas das assembleias de voto EPC 25 de Setembro, EPC IV Congresso e

EPC de Mathapue, que possa declarar a invalidade dos resultados e muito menos a anulação das eleições nesta autarquia de Nacala Porto”.

3. O recurso tem como fundamento, o seguinte:

3.1. “Enchimento de urnas por parte dos presidentes das assembleias de voto; inutilização de votos pertencentes ao partido Renamo; detenção arbitrária dos delegados de mesa da Renamo; votação por meio da força e mais de que uma vez efectuada pelos agentes da PRM; intimidação aos membros do Partido Renamo, através de disparos de tiros com armas de fogo e lançamento de gás lacrimogénico pela PRM; retirada de urnas dos locais de votação antes do fecho, contagem e apuramento e viciação de editais”.

3.2. “Pelo volume das reclamações apresentadas pelos delegados de mesa afectos pela Renamo, diga-se, com razão e de forma legítima, os presidentes das mesas de votação, por forma a inviabilizar e dificultar o exercício deste sacrossanto direito de reclamação, ordenaram que não se entregasse os formulários da CNE, denominados (Folha de Reclamação/Protesto/Contraprotesto) aos delegados da Renamo”.

3.3. “Quando compulsados os actos a folhas 13-23, encontram-se documentos que indicam que houve reclamações nas mesas de assembleias de voto da EPC 25 de Setembro, EPC Mathapue, EPC IV Congresso, EPC Cristo é Vida e EPC Murrupelane”.

O requerente termina a sua argumentação, solicitando ao Conselho Constitucional que “seja revogada a douda sentença do tribunal *a quo* e, consequentemente, seja declarado nulo o processo eleitoral decorrido a 11 de Outubro de 2023, na autarquia de Nacala-Porto, com todas as cominações legais”.

Tudo visto, cumpre apreciar e decidir a causa.

II

Fundamentação

4. Segundo o disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 243 da CRM, o Conselho Constitucional é competente para julgar, em última instância, os recursos e reclamações em matéria eleitoral. O recorrente é parte legítima, ao abrigo do n.º 6 do artigo 140 da Lei Eleitoral; não há excepções e nulidades que cumpre apreciar.

5. Nos recursos, em matéria eleitoral, das decisões dos tribunais judiciais de distrito, o Conselho Constitucional tem amplos poderes de cognição, conhecendo da matéria de facto e de direito.

6. Na presente lide, que nasce na Cidade de Nacala-Porto, o juiz *a quo* considerou a folhas 56 a 58 que:

6.1. “Ficou provado que no final do dia e na noite do dia da votação, indivíduos não identificados iniciaram por lançar pedras, paus e outros instrumentos nas salas de aulas onde se encontravam instaladas as mesas de assembleias de voto das EPC Cristo é Vida, e EPC de Murrupelane com intenção de se introduzirem nas mesas das assembleias de voto; os presidentes das mesas das assembleias de voto comunicaram aos órgãos de administração eleitoral e a PRM, sobre o facto e tendo comparecido de imediato a Polícia, que foi obrigada a lançar o gás lacrimogénico e disparos”.

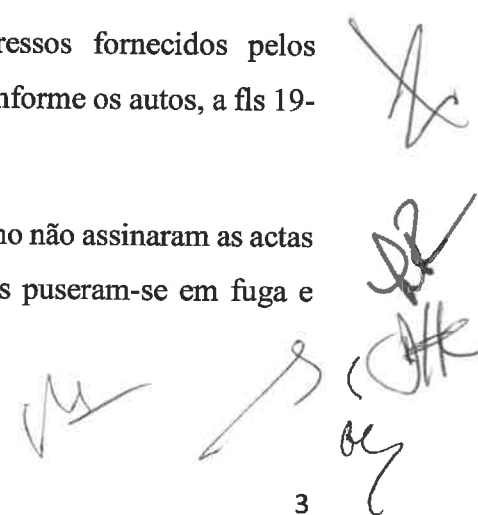
6.2 “Ficou provado que a Policia para garantir a protecção das urnas foi obrigada a retirar as urnas que se encontravam nas mesas de assembleia de voto ao Comando Distrital da PRM e posterior à Comissão Distrital de Eleições (CDE)”.

6.3. “Ficou provado que devido a esta acção da PRM, os delegados de mesa da Renamo abandonaram as mesas sem no entanto terem assinado as actas. Ficou provado que no momento que iniciou o desmando na maioria das mesas a que o recorrente fez menção já tinha decorrido o processo de contagem de votos”.

6.4. “Ficou provado nos autos que para além de impressos fornecidos pela CNE, o partido Renamo detinha os seus modelos de reclamação impressos, os quais ao serem recebidos pelos presidentes das mesas de voto, foram por estes rejeitados por se entender que contrariam o estabelecido na lei eleitoral”.

6.5. “Ficou provado que as reclamações preenchidas nos impressos fornecidos pelos presidentes das mesas foram devidamente recebidas e deliberadas, conforme os autos, a fls 19-23”.

6.6. “Ficou provado que alguns delegados das mesas do partido Renamo não assinaram as actas alegando que devido ao lançamento do gás lacrimogénico e disparos puseram-se em fuga e foram para casa, não tendo regressado às mesas”.



7. O juiz *a quo*, a fls. 53 e 54, quando analisa os requisitos do recurso contencioso eleitoral interposto pelo Partido Renamo conclui, *literis*: “Compulsados os autos de forma superficial a folhas 13 a 23, encontram-se documentos que indicam que houve reclamações nas mesas de assembleia de voto da EPC 25 de Setembro, EPC Mathapue, EPC IV Congresso, onde algumas reclamações foram devidamente respondidas e outras não foram atendidas, de acordo com os documentos constantes nos autos”. Ora, causa estranheza que o tribunal recorrido tenha decidido por não conhecer o mérito da causa, alegando a falta de impugnação prévia. Mal andou o juiz *a quo*.

8. Dois aspectos interessam para a análise do leque dos factos provados: i) se a utilização do modelo de reclamação diferente do aprovado pela CNE importa a rejeição da reclamação e ii) se a alegação do juiz *a quo* de falta de impugnação prévia procede.

8.1. Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 68, conjugado com o n.º 1 do artigo 103, ambos da Lei Eleitoral, concluídas as operações de apuramento parcial nas mesa de voto, os delegados de candidatura podem examinar os lotes dos boletins de votos e, no caso de existirem dúvidas ou objecções em relação à contagem ou à qualificação dada ao voto de qualquer boletim, podem apresentar reclamações ou protestos perante o presidente da mesa da assembleia de voto.

O que se pode entender destas prescrições legais? Haverá exigência de algum modelo a ser aprovado pela Comissão Nacional de Eleições, como obrigatório?

8.2. Analogicamente, dispõe o n.º 3 do artigo 140 da Lei Eleitoral que “A petição de recurso, que não está sujeita a qualquer formalidade é acompanhada dos elementos de prova (...)” dirigida ao tribunal judicial de distrito (sublinhado nosso). Como se pode notar, a petição do recurso contencioso ao tribunal não está sujeita a qualquer formalidade.

Por que, então, a reclamação ou protesto sujeitar-se-ia aos modelos aprovados pela CNE?

8.3. As reclamações ou protestos a apresentar às mesas de assembleia de voto pelos delegados de candidatura não estão sujeitos a qualquer formalidade. Os modelos aprovados pela CNE não são obrigatórios e não constituem *conditio sine qua non* para a apreciação das reclamações e protestos pelas mesas das assembleias de voto. Pelo que, as reclamações e protestos apresentados pelos delegados de candidatura, posteriormente rejeitados pelos delegados de candidatura, consideram-se recebidos e rejeitados pelas mesas, preenchendo-se o requisito de impugnação prévia.

Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large checkmark-like signature at the top, and several other initials and marks below it.

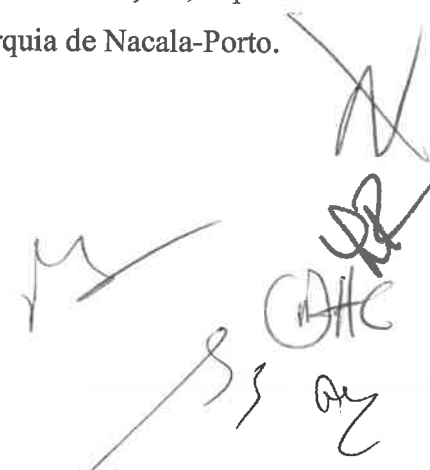
8.4. A alegação do juiz *a quo* de que faltou a impugnação prévia, como fundamento da sua decisão, soçobra. O próprio juiz, na análise do requisito de impugnação prévia, conclui, a folhas 53 e 54, que “Compulsados os autos de forma superficial a folhas 13 a 23, encontram-se documentos que indicam que houve reclamações nas mesas de assembleia de voto ... da EPC 25 de Setembro, EPC Mathapue, EPC IV Congresso, onde algumas reclamações foram devidamente respondidas e outras não foram atendidas, de acordo com os documentos constantes nos autos”. Do que se conclui pela existência de impugnação prévia, com utilização dos modelos aprovados pela CNE, ainda que não sejam legalmente impostos.

9. Desde modo, não pode a sentença prolatada pelo juiz *a quo* sobreviver no todo, no ordenamento jurídico, sucumbindo pela equivocada subsunção dos factos provados às regras de direito aplicáveis, excepto quanto à falta de provas sobre as irregularidades alegadas pelo recorrente em relação às mesas das assembleias de voto da EPC 25 de Setembro, EPC IV Congresso e EPC de Mathapue.

10. Consequentemente, o Conselho Constitucional decide pela apreciação do mérito da causa, quanto às contestações apresentadas em relação às mesas das assembleias de voto da EPC Cristo é Vida e EPC Murrupelane, que remete para o processo de validação dos resultados eleitorais.

11. Em relação ao pedido de declaração da nulidade da eleição da autarquia de Nacala-Porto, cumpre reafirmar a doutrina do n.º 1 do artigo 144 da Lei Eleitoral, segundo a qual “A votação em qualquer mesa de assembleia de voto e a votação em toda a área da autarquia local só são julgadas nulas desde que se haja verificado ilegalidades que possam influir substancialmente no resultado geral da eleição”.

11.1. Como se nota, em contencioso eleitoral, não é possível aquilatar o efeito pretendido por esta norma, remetendo-se a sua ponderação para o processo de validação das eleições, depois de obtida uma visão holística do processo eleitoral no seu todo, na autarquia de Nacala-Porto.

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the page. There are several distinct marks, including what appears to be a large 'N' or 'X' at the top, and various other scribbles and initials below it.

III

Decisão

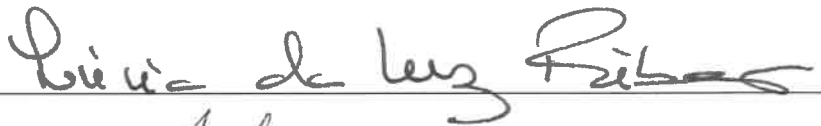
Nos termos e pelos fundamentos expostos, deliberam os Juizes Conselheiros do Conselho Constitucional, ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do artigo 243 da Constituição da República:

- a) Anular a sentença proferida pela 2.ª Secção Criminal do Tribunal Judicial do Distrito de Nacala-Porto, em relação à não admissão da causa por falta de impugnação prévia.
- b) Apreciar o mérito da causa, quanto às contestações apresentadas em relação às mesas das assembleias de voto da EPC Cristo é Vida e EPC Murrupelane, remetendo-se para o processo de validação dos resultados eleitorais.
- c) Negar provimento do pedido em relação às mesas das assembleias de voto da EPC 25 de Setembro, EPC Mathapue e EPC IV Congresso, por não provadas as irregularidades alegadas.

Maputo, 30 Outubro de 2023

Notifique e Publique-se

Lúcia da Luz Ribeiro



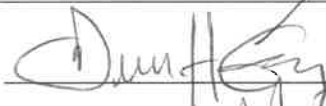
Albano Macie



Manuel Henrique Franque



Domingos Hermínio Cintura



Mateus da Cecília Feniasse Saize



Ozias Pondja

